Estatísticas e Identidades (1998)

Simon Schwartzman

A proximidade do Censo Demográfico do ano 2.000 tem sido uma oportunidade para discutir os dados de que o país necessita, e uma informação que precisa ser melhorada, sem dúvida, é a de "cor", que tem sido utilizada como sucedâneo, não muito satisfatório, de "raça". O problema com este tipo de dados é que ele procura medir algo que não é muito claro para as próprias pessoas, mas nem por isto deixa de consequências importantes. Quando o IBGE, vários anos atrás, pediu às pessoas em uma pesquisa que dissessem qual sua raça ou cor, obteve mais de cem tipos diferentes de resposta. A pergunta sobre "cor" mostra que no Brasil, sistematicamente, cerca de 5% das pessoas se dizem negras, 45% se dizem "pardas", e cerca de 50% se dizem "brancas". O fato é que não temos barreiras raciais rígidas, havendo muito espaço para a miscigenação e a circulação das pessoas entre diversos meios culturais e sociais. Apesar disto, não há dúvida que existem diferenças importantes entre pessoas de diversas "raças", ou "cores", em termos de renda, educação, oportunidades de trabalho, etc., que precisam ser conhecidas, aprofundadas e atendidas.

A questão da "raça" não é de ordem biológica (ainda que possam haver, como há, algumas doenças que sejam mais frequentes em certos grupos biológicos), mas sobretudo cultural e histórica. É menos importante a cor da pele de alguém do que como ela se considera, com quem ela se identifica, que valores e culturas comparte. Os 72 milhões de brasileiros que aparecem nas estatísticas como "pardos", tanto quanto os 80 milhões que aparecem como "brancos", incluem pessoas muito diferentes, tanto na cor da pele quanto, sobretudo, na cultura, no estilo e nas condições de vida. Para entender melhor estas diferenças o IBGE está examinando a ideia de perguntar, no Censo do ano 2.000, além da questão tradicional sobre a cor, as origens das pessoas, de tal maneira que seja possível distinguir com mais clareza os diferentes grupos étnicos e culturais que formam a nacionalidade brasileira e ainda mantêm uma identidade diferenciada - descendentes de africanos, alemães, italianos, índios, japoneses, judeus, portugueses e outros - junto com a grande maioria que se considera, simplesmente, brasileira. Ainda que esta estatística esteja também sujeita a problemas, porque nem todo mundo entende "origem" da mesma maneira, ela permitirá, acredito, um avanço importante nesta questão.

A produção de estatísticas cada vez mais aperfeiçoadas sobre cor, cultura, grupos étnicos, religião e "raça", que é um trabalho importante e indispensável, não tem nada a ver e nem deve ser confundida com o projeto mencionado em artigo anterior, que tramita no Congresso, de tornar obrigatório o registro da "raça" ou da cor nos documentos das pessoas. Muitos dos mais de setenta milhões de brasileiros que, na falta de melhor termo, se definem como "pardos", poderiam não gostar que, em seus documentos, eles fossem registrados obrigatoriamente como "pardos" ou "negros". Apesar de minha origem judaica, que é parte importante de minha identidade, eu não gostaria de ser registrado oficialmente como "judeu", já que, além disto, sou também sociólogo, professor universitário, mineiro, pai, brasileiro, etc., e não sou religioso. É claro que eu também poderia ser classificado como "branco", mas, como o que se pretende não é simplesmente a registro da cor da pele, e sim o da identificação de determinada origem ou subcultura, a dificuldade é rigorosamente a

mesma. A Constituição brasileira consagra o princípio da igualdade entre todos, por cima das diferenças, e não cabe ao Estado a tarefa de carimbar e classificar as pessoas desta ou daquela maneira, forçando identidades e abrindo espaço para discriminações e a acentuação de preconceitos. Isto não tem nada a ver, como dito antes, com a produção de estatísticas e sua interpretação.